



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Pompeo de Mattos PDT/RS

PROJETO DE LEI Nº DE 2015
(Do Sr. Pompeo de Mattos e outros)

*Inscreve o nome de **João Belchior Marques Goulart** no Livro dos Heróis da Pátria e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito no Livro de Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília – DF, o nome de **João Belchior Marques Goulart**.

Art. 2º O caput do art. 2º da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2 A distinção será prestada mediante a edição de Lei, decorridos 10 (dez) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

.....”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS **Deputado Pompeo de Mattos PDT/RS**

JUSTIFICATIVA

A importância da presença de João Belchior Marques Goulart no Livro dos Heróis Nacionais confunde-se com a história de um líder nacionalista, herdeiro da tradição trabalhista de Getúlio Vargas e que, nos últimos 20 anos, é reconhecido não apenas na academia, mas frente à opinião pública. A sua história de compromisso com as causas nacionais, através das Reformas de Base, faria com que ele sofresse um golpe em 1º de abril de 1964 e fosse o primeiro e único presidente a morrer no exílio.

Nascido em 1º de março de 1919 em São Borja-RS, João Belchior Marques Goulart (Jango) passou a ter contato com a política a partir da experiência pessoal e da amizade política construída ao lado de Getúlio Vargas, logo após a sua saída do poder em 1945. Jango não apenas organizaria o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul, como também se tornara o coordenador da campanha presidencial de Vargas em 1950.

Eleito deputado federal em 1950, João Goulart tornara-se Presidente Nacional do PTB em 1952 – posto que ele exerceria até o golpe civil-militar de 1964. Em meio às crises econômicas contraídas pelo governo de Eurico Gaspar Dutra que provocavam tensões sociais como a Greve dos 300 mil, Jango assume em 1953 o Ministério do Trabalho e, como uma série de iniciativas, dialogou diretamente com os sindicatos e com os trabalhadores, sem exigir dos mesmos qualquer atestado ideológico. Além de democratizar os espaços de fiscalização do trabalho para as lideranças sindicais, ele defendeu o aumento de 100% no salário-mínimo, visando a promoção da dignidade social aos trabalhadores.

Mesmo com a pressão dos setores conservadores, Vargas assegurou o aumento do salário-mínimo proposto por Jango em 1º de maio de 1954, gerando insatisfações crescentes dos grupamentos patronais e setores conservadores que viam com maus olhos a proximidade de Jango com os setores



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Pompeo de Mattos PDT/RS

populares e a defesa de um estancieiro com as causas de justiça social e de cidadania ao povo.

Eleito Vice-Presidente nas eleições de 1955 e de 1960, João Goulart manteve a defesa dos interesses dos trabalhadores, inspirando – ao lado dos grupamentos populares – as ideias que, durante a primeira metade da década de 1960, os setores progressistas e nacionalistas defenderam para o Brasil: as Reformas de Base. Jango acreditava que, na superação do subdesenvolvimento e na construção do Brasil do futuro, era necessário mudanças estruturais profundas no país a partir de uma agenda nacionalista e reformista, na promoção da justiça social e da soberania nacional.

Após a tentativa de golpe em agosto de 1961, após a renúncia presidencial de Jânio Quadros e a resistência popular com a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, João Goulart assume a Presidência da República, mesmo em meio ao golpe branco da Emenda Constitucional nº 04 de 2 de setembro de 1961, que castrou os poderes presidenciais de Jango com o parlamentarismo. Ainda assim, Jango criou neste íterim a Eletrobrás, além de sancionar o 13º salário e a Lei de Remessa de Lucros ao exterior.

Diferente de outros governos que, em meio à crise econômica, aplicariam medidas ortodoxas e monetaristas, Jango colocou a frente uma série de medidas que, levadas a cabo, conjugariam estabilidade econômica, desenvolvimento nacional e distribuição de renda e de riqueza, como o Plano Trienal de Celso Furtado. Sua política externa independente, mesmo face à Guerra Fria, fazia com que o Brasil pudesse despontar na geopolítica mundial, a partir das concepções da defesa da autodeterminação dos povos, da solução pacífica dos conflitos e a igualdade entre os Estados.

Seu governo optou por uma reforma ousada com o Plano Trienal da Educação que, diferente da aplicação dos 12,5% dos recursos orientados pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aprovada em 1961, simplesmente aplicou valores como 13% em 1963, 15% em 1964 (até o golpe) e, caso concluísse o seu mandato, em 1965, o valor estimado para a educação giraria em 20%. Em seu governo, experiências como as medidas de alfabetização de Paulo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Pompeo de Mattos PDT/RS

Freire e as iniciativas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em parceria com a União Nacional dos Estudantes (UNE), tentariam não apenas diminuir o analfabetismo, como aumentar qualitativamente o grau de formação intelectual do povo brasileiro – incluindo o debate sobre a Reforma Universitária, no bojo das Reformas de Base.

Defendendo tais reformas, João Goulart, no Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, aplicou uma série de medidas para fomentar a justiça social e a defesa do interesse público, como a desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não pertenciam à Petrobras, além da reforma urbana e o Decreto SUPRA, realizando medidas que permitiriam a democratização do uso da terra. Dias depois, na Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, João Goulart sistematizou a sua política reformista.

A ampla participação popular nos rumos políticos do país e os avanços progressistas do governo de Goulart despertaram a ira de setores refratários à política trabalhista de justiça social promovida por Jango. Uma série de movimentos reacionários tentaria barrar todos os avanços democráticos de João Goulart, culminando com o golpe contra o governo democrático-constitucional de Jango. E ele, tentando evitar uma guerra civil, se refugia no Uruguai, crendo que a sua queda seria provisória. Mal saberia João Goulart que o putsch duraria duas décadas e custaria a si próprio a impossibilidade de voltar à própria nação e ao povo pelo qual ele dedicou a sua vida. E, morrendo em 1976, Jango não teve a possibilidade de rever o país de volta à democracia.

O exemplo de Jango nos compele à profunda reflexão sobre o seu grau de patriotismo e de comprometimento com os interesses públicos, a ponto de renunciar os seus pleitos em prol de uma nação a ser construída, com a participação do povo como ator político ativo e cômico do seu papel e de sua missão. Incompreendido por setores de esquerda durante as décadas de 1960 a 1980 e caluniado pela direita, Jango passou a ser reconhecido por historiadores, cientistas políticos, sociólogos e pela opinião pública, à medida em que o seu governo foi objeto de estudos e de análises.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Pompeo de Mattos PDT/RS

O constante uso da História Comparada e também da História do Brasil Republicano sobre o governo Jango faz com que este político seja um dos pontos de referência nacional. Um estudo sério sobre a recente história política e social brasileira obrigatoriamente tem que abordar o governo de João Goulart como referência emblemática – inclusive para o entendimento sobre a relação entre Estado e sociedade.

Com estas razões, o nome de João Belchior Marques Goulart, por si só, se credencia a estar no Livro dos Heróis Nacionais, não apenas pela envergadura dos seus feitos históricos como quadro político e ser social, inserido nos debates travados pela sociedade brasileira. Sobretudo, pelo seu espírito de desprendimento pessoal, em prol da construção de um país melhor, mais justo, próspero e igual. A sua presença no livro, sem dúvidas, é um legado simbólico e uma dívida que o país pagará com o seu passado, reconhecendo-o como uma das maiores personalidades que o Brasil pode gerar.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2015.

POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL
Vice-Líder
P D T